

Ata Circunstanciada da 10ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 10ª
(DÉCIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 25 DE FEVEREIRO DE 2025.**

INÍCIO ÀS 15H

TÉRMINO ÀS 17H07MIN

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, expediente que será lido por mim.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Como não se verifica o quórum mínimo de presença, suspendo os trabalhos até que ele se complete.

(Os trabalhos são suspensos.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Reinício os trabalhos. Está aberta a sessão.

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Roosevelt.

DEPUTADO ROOSEVELT (PL. Como líder.) – Boa tarde a todos os colegas deputados, assessores, imprensa presente nesta tarde. Gostaria de compartilhar com todos o seguinte: acabo de vir de uma reunião com o senador Eduardo Gomes, primeiro vice-presidente do Senado, recém-eleito, do nosso partido, o PL. O que me levou a essa visita foi tratar da nossa proposta de recomposição salarial, que já está no governo federal e logo estará no Congresso Nacional.

Eduardo Gomes é um senador que conhece Brasília como ninguém, e ele se colocou à disposição para que, assim que chegar ao Senado, o projeto tenha o seu devido tratamento e seja aprovado o quanto antes para que se faça essa entrega para as forças de segurança do Distrito Federal.

Gostaria de deixar essa mensagem para todos vocês: nós estamos trabalhando; o nosso presidente, deputado Wellington Luiz, também tem trabalhado muito, está fazendo algumas interlocuções para que façamos essa entrega tão merecida às nossas forças de segurança do Distrito Federal.

Obrigado. Boa tarde a todos.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Roosevelt.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso. (Pausa.)

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde a todas as pessoas presentes mais uma vez na nossa Câmara Legislativa.

Presidente, trazem-me à tribuna alguns assuntos. Na semana passada, deputado Pastor Daniel de Castro, eu estive visitando algumas cidades do Distrito Federal. Eu estive, por exemplo, no Sol Nascente, onde estão algumas famílias da ocupação do Noroeste e da ocupação do CCBB. Aliás, presidente deputado Wellington Luiz, vossa excelência cumpriu um papel importante nessa mediação,

nessa negociação.

Essas famílias receberam seus apartamentos, porque nós voltamos a ter no país o Programa Minha Casa, Minha Vida, que tinha ficado suspenso durante o governo do inelegível, do agora indiciado, Bolsonaro. As pessoas não recebiam casa, mais.

Ele falou que tem quatro *is*: inelegível, indiciado... e vai aumentando a lista dos *is* do ex-presidente da República.

Presidente, obviamente é fundamental esse início de entrega. Porém, ao conversar com algumas mulheres – a maioria das pessoas que receberam casas no Sol Nascente são mulheres, líderes de família, mães solo, deputado Max Maciel –, observei um desespero enorme, porque há muita dificuldade com o atendimento na rede de saúde do Distrito Federal. Há, por exemplo, mulheres que têm câncer e não conseguem fazer exame, não conseguem marcar consulta. A resposta, quando entram em contato com os instrumentos de comunicação do GDF, é que há mais de 15 mil pessoas na frente delas – isso está em áudios do WhatsApp. “Já era, é difícil.” Essa é a realidade do caos da saúde pública do Distrito Federal. Eu quero lamentar isso.

Desde hoje de manhã, fora da Câmara Legislativa, estão presentes os servidores da saúde, os conselhos do controle social da saúde, os usuários do sistema de saúde, para denunciar mais um crime cometido pelo governo Ibaneis. É criminoso o que foi feito na semana passada com a nomeação do presidente do IGESDF como secretário de Saúde do Distrito Federal. Isso é ilegal, é imoral, é um crime contra a população do Distrito Federal!

O governador Ibaneis se esqueceu, presidente, de que a última vez que ele fez isso, na pandemia, em 2020, quando nomeou como secretário de Saúde o presidente do IGESDF, o Francisco, este foi preso. Foi preso! Agora o governador faz isso de novo, pega o presidente do IGESDF e o nomeia secretário de Saúde. O IGESDF é um prestador de serviço que agora ocupou a Secretaria de Saúde, e vai ser responsável por fiscalizar o próprio serviço que ele presta. E é um serviço horroroso, é um serviço desastroso!

O governador perdeu o senso da legalidade, perdeu o senso da humanidade. Estamos falando da vida de pessoas, estamos falando de pessoas nas portas dos hospitais, nas portas das UPAs, sem atendimento, morrendo. E o governador insiste em fazer negócio com a vida das pessoas. Isso é um absurdo, presidente! Nós estamos denunciando isso e representando o fato ao Ministério Público.

A defesa do SUS, o respeito aos princípios do SUS, não é uma questão de escolha, não é uma questão de opção, de entendimento sobre a lei; é um dever, é uma obrigação do governador que foi eleito, que precisa cumprir a lei. Ele rasgou a Lei nº 8.080, Lei Orgânica da Saúde, que instituiu o SUS.

Trago o relato de uma mãe desesperada, no Sol Nascente, que não consegue atendimento para tratar do seu câncer, para denunciar o caos da saúde pública no Distrito Federal, que será aprofundado com o recente ato do governador.

Para concluir, presidente, quero fazer um pedido. Mais do que nunca, esta casa precisa dar uma resposta para a sociedade, para esse desespero das famílias, para esse desalento que virou o Distrito Federal.

Nós instalamos a CPI do rio Melchior. Isso foi publicado na semana passada. Parabênz, mais uma vez, vossa excelência, presidente, pela capacidade de mediação, de articulação. É fundamental darmos andamento às outras CPIs e, também, instalarmos a CPI do IGESDF, instituto que tomou conta da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e tem levado ao desespero, infelizmente, muitas famílias da nossa cidade.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Quero registrar a presença do servidor Inimá. Agradeço a sua presença e o parabênz pela trajetória, Inimá.

O Inimá vai completar 75 anos e vai se aposentar. Nós temos o prazer de ter conhecido esse botafoguense sofredor cujo trabalho exemplar muito nos orgulha.

Parabéns, Inimá, por sua trajetória e por tudo o que você fez pelo Distrito Federal. Às vezes, os bastidores falam muito mais do que as tribunas. Parabéns por tudo o que você fez. Fica aqui o meu reconhecimento, o reconhecimento de quem o conhece e o admira por tudo o que fez. Desejo que você aproveite muito a nova etapa da sua vida porque você merece. Se existe alguém que trabalhou

pelo Distrito Federal por suas próprias convicções, foi você. Agradeço a Deus ter tido a oportunidade de conhecê-lo.

Hoje nós vamos votar uma moção de louvor ao Inimá. Parabéns, Inimá, mais uma vez. (Palmas.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Quero também deixar registrado publicamente, Inimá, que nós do Partido dos Trabalhadores temos um orgulho imenso de tê-lo como assessor na liderança do PT, para ajudar nos trabalhos desta casa em prol da cidade. Você, que agora se aposenta, cumpre, sem dúvida nenhuma, o seu serviço com o povo do Distrito Federal. Quero parabenizá-lo e dizer que temos muito orgulho de tê-lo nas fileiras do PT; como servidor desta casa; e, também, como um grande amigo e um grande companheiro. Parabéns, Inimá!

Reforço, presidente, o pedido para votarmos a moção de louvor ao companheiro Inimá, em homenagem à sua vida e à sua dedicação a esta casa e a esta cidade. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado. É mais do que justo, pois ele deixa um legado extremamente importante. E o conheço bem, ele vai continuar trabalhando; está na veia. E ainda é novo desse jeito; nem que ele queira, vamos deixá-lo em paz.

Obrigado, Inimá; mais uma vez, parabéns.

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Presidente, boa tarde; boa tarde, deputados e deputadas; boa tarde a todos que assistem a nós pela TV Câmara Distrital; aos assessores; ao pessoal da Polícia Penal. Vocês têm em nós apoio total, carreado pelo presidente da Câmara Legislativa, pelo deputado Roosevelt, pela deputada Doutora Jane e pelo deputado Hermeto. Vocês têm 4 representantes nesta casa que trabalham por vocês o tempo todo e têm o nosso carinho.

Presidente, quero fazer um discurso um pouco diferente e quero, primeiro, pedir licença aos nossos queridos deputados para fazer uso de um texto da palavra de Deus. O evangelho de Jesus Cristo segundo João, capítulo 15, versículo 16, vai dizer assim: “Não me escolheste vós a mim, mas eu vos escolhi a vós, e vos nomeei, para que vades e deis fruto, e o vosso fruto permaneça; a fim de que tudo quanto em meu nome pedirdes ao Pai que está no céu ele vo-lo conceda”.

Esta é a palavra do próprio Jesus Cristo, dizendo que não somos nós quem o escolhemos, é ele quem nos escolhe. E louvo a Deus, pois fui escolhido desde o ventre da minha mãe. Nasci num lar evangélico; a minha mãe já era evangélica; fui consagrado ao Senhor com 1 ano e 9 meses de idade, quando, no Ceará, tinha contraído meningite – naquela época, deputado Chico Vigilante, a meningite significava atestado de óbito ou ficar em estado vegetativo para o resto da vida.

A minha mãe estava desesperada; eu, carne, osso e pele, morrendo. Não sustentava nada que comia. Minha mãe foi ao quarto e disse: “Deus, dá uma oportunidade para o meu filho; cura o meu filho e vou trocar o nome dele”. Ela tinha me dado o nome de Wanderley – era uma homenagem àquele Wanderley Cardoso, mesmo que a minha mãe fosse evangélica, pois o nordestino tem essa prática, de homenagear pessoas. Ela falou: “Eu vou trocar o nome do meu filho de Wanderlei para Daniel”. E Daniel significa: Deus é o meu juiz.

Minha mãe fez essa oração no quarto e, quando chegou à sala, eu estava sentado na rede e falei para ela: “Estou com fome”. Não ficou uma sequela! Tenho 57 anos de idade, sou casado com a primeira namorada, pastora Glaísa, a minha paixão, uma mulher extraordinária que Deus me deu, tenho 3 filhas, e 2 delas são brilhantes advogadas.

Deus pegou a melhor família que havia no universo, olhou para mim e falou: “Eu vou dar essa família para você!” Escolheu a minha família e me deu. E me escolheu. Aos 7 anos de idade, eu entendi, na minha consciência, que eu também precisava fazer um gesto para esse Cristo. Se ele me escolheu, eu disse: “A partir de agora eu também o escolho, eu quero ser seu e quero amar”. Eu amo Deus na inteireza do meu coração, na singeleza da minha alma, na pureza do meu ser e na fidelidade do meu coração. Eu não sou fiel aos homens, eu sou fiel a Deus. Quem é fiel a Deus, naturalmente, vai ser fiel à família, aos homens e ao governador.

Eu nunca me imaginei sofrer como na política, eu não imaginava como a política era cruel, feita de homens arrogantes, de pessoas do mal, que querem o mal, que falam o nosso nome e o expõem.

Eu não vou citar o nome de ninguém, não é ninguém do governo, são bandidos, que mereciam estar presos, mas, muitas vezes, a polícia, com seu pequeno efetivo, não consegue chegar aonde o bandido está.

Ontem, de manhã, eu estava muito agoniado, fui para o meu gabinete, sentei-me lá, peguei a palavra de Deus, fui orar, fui pedir uma resposta a Deus: "Fala comigo, eu acredito que o Senhor fala com todo mundo, então, o Senhor vai falar comigo". Eu não aceitei, quando eu sair desta casa, sair com o nome achincalhado, de bandido, de líder de quadrilha, isso eu não aceitei. Naturalmente, eu usarei toda a força jurídica que tenho ao meu redor, dos advogados que comigo trabalham, que participaram da minha banca de advogados, para dar resposta, no mundo jurídico. Eu não queria isso, deputado Chico Vigilante, porque eu não gosto de brigar com ninguém, longe de mim! Eu não gosto de ir para o tribunal. O próprio Jesus falou: "Não tendes vós, entre vocês, alguém que possa vos julgar?" Para que levar os outros a tribunais? Resolvemos as coisas como homens.

Eu cheguei aqui querendo mudar o mundo e reinventar a roda. Um dia houve uma confusão, um bate-boca com o deputado Chico Vigilante, mas ficou em plenário. Eu fiquei admirado naquele dia, deputado Fábio Félix. Na CPI houve um quiproquó com o deputado Chico Vigilante, fui para o meu gabinete, inquieto, e o meu coração falou assim: "Deus é demais". Eu recebi uma ligação do deputado Fábio Félix: "Pastor, posso lhe dar um conselho?" "Pode." Ele falou o que tinha que falar, e eu falei: "Meu amigo, aceito o seu conselho". Na hora, eu liguei para o deputado Chico Vigilante: "Se eu lhe magoei, me perdoe". Essa é a função de um pastor, eu não sou deputado, não vou morar aqui, não tenho esse interesse nisso. Eu estou deputado, eu sou pastor; por mais que eu seja advogado criminalista e eleitoral, pedagogo, eu sou pastor, eu fui chamado por Deus, eu fui escolhido por Deus.

Portanto, estou mandando um recado da tribuna da Câmara Legislativa, presidente: eu não aceitei ser achincalhado nas redes sociais, nem nas cidades que ajudamos a cuidar. Respeitem-me. Primeiro para não responderem diante do tribunal de Deus, depois para não responderem diante do tribunal dos homens. Estou avisando, eu levarei o caso às barras dos tribunais com toda a tranquilidade do coração. Não é o que eu quero, mas o meu não é nome para andar na boca de bandido. Bandido que resolva sua ficha na polícia! Deixe-me quieto, deixe-me trabalhar, ame-me.

Quando eu tenho dificuldade com alguma pessoa, deputado Chico Vigilante – eu sei que eu fui meio duro com uma pessoa aqui, hoje –, eu pego meu telefone, ligo e falo: "Perdoe-me, foi um momento de aspereza". Sempre haverá essa parte de mim, mas, para acalmar o coração, o Senhor falou comigo em Isaías, capítulo 66, versículo 5: "O Senhor seja glorificado, para que vejamos a vossa alegria, mas eles, os nossos inimigos, serão confundidos". O profeta vai dizer assim: "Uma voz de grande rumor virá sobre a cidade, uma voz do templo, a voz do Senhor, que dá o pago aos seus inimigos". A Bíblia fala que horrenda coisa é o homem cair nas mãos do Deus vivo. Deus é o Deus da justiça. O direito e a justiça são a base do trono dele. Isso está em Salmo 89, versículo 14. Direito e justiça são a base do trono dele. Deus não aceita injustiça contra o pobre ou a viúva. Ele é o Deus do pobre, da viúva e das causas dos impossíveis e das pessoas menos favorecidas.

Você que é bandido e tem algo contra mim, ponha-se no seu lugar. A polícia vai pegar você. Eu não tenho a menor dúvida disso. Por mais que, às vezes, a polícia demore, ela vai chegar à sua casa. Eu não tenho a menor dúvida disso.

Presidente deputado Wellington Luiz, tenho certeza da minha fidelidade a Deus. Eu tenho 57 anos e a ficha limpa. Entrei nesta casa sem responder a nenhum processo e sairei daqui sem responder a nenhum processo. De maneira nenhuma, isso vai acontecer, porque sou advogado e, acima de tudo, sou pastor servo do Deus altíssimo. Eu não vim a esta casa para fazer qualquer tipo de rolo. Não contem comigo para rolo e não procurem o meu gabinete para rolo.

Porém, há um detalhe: respeitem um homem de Deus e um advogado. Eu estou nesta casa para fazer o bem, seja para quem for. Aprendi um ensinamento de Jesus: "Amai-vos uns aos outros como eu vou amei". Cristo amou as pessoas de forma incondicional. João, capítulo 3, versículo 16, diz: "Deus amou o mundo de tal maneira, que deu o seu único filho para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna". Deus amou e orientou todos nós a amarmos uns aos outros da maneira que ele nos amou. É apenas isso o que eu quero dizer.

Respeitem o meu trabalho e me deixem trabalhar em paz.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Vossa excelência tem todo o nosso apoio e solidariedade. Conhecemos a sua conduta. Eu o conheço desde a época da Polícia Civil. Vossa excelência tem uma história da qual nós, seus amigos, nos orgulhamos muito. Vossa excelência disse bem: não é qualquer bandido que vai sujar a sua ou a nossa imagem.

Parabéns pelo pronunciamento. Conte conosco. Estaremos juntos nesta empreitada. Bandido é que tem que ter medo de nós, e não nós que temos que ter medo de bandido; é o contrário.

Parabéns, deputado!

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Presidente, as minhas primeiras palavras são de homenagem ao nosso querido companheiro Inimá, que completou 30 anos de Câmara Legislativa do Distrito Federal e já tinha outros 20 anos de Incra. Ao todo, são 50 anos dedicados ao serviço público no Brasil. Agora, ele chegou ao limite de permanência no serviço público. Vai fazer uma falta danada nesta casa, especialmente na liderança do Partido dos Trabalhadores! Mas, mesmo que não seja mais servidor, ele vai continuar colaborando conosco.

Portanto, Inimá, como líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, quero lhe desejar muita felicidade e muita paz. Sei dos momentos de dificuldade que você atravessou. Agora você vai ter mais tempo para cuidar da sua amada esposa. Conte sempre conosco da bancada do Partido dos Trabalhadores, porque você é um amigo, um trabalhador e merece os aplausos de todos nós.

Parabéns pela dedicação de 30 anos. Você é concursado e dedicou 30 anos a esta casa. Parabéns!

Presidente, eu quero falar dos últimos desdobramentos da trama golpista, deputado Gabriel Magno, porque havia muita gente por aí que dizia que era um grupo de velhinhas que estavam com a Bíblia na mão, que estavam rezando. Cada vez que ouvimos os diálogos estarecedores que a mídia está trazendo pouco a pouco, especialmente aqueles que saíram no programa Fantástico, temos a demonstração clara, objetiva de que tramaram um golpe.

Tramaram a morte do presidente Lula, a morte do vice-presidente Geraldo Alckmin, o assassinato do ministro Alexandre de Moraes. Inclusive, presidente deputado Wellington Luiz, essa questão que envolve o ministro Alexandre de Moraes é muito grave, porque o pistoleiro – não dá para dizer que era um militar – escalado para matar o Alexandre de Moraes diz no áudio que esteve com ele na mira.

Vossa excelência é policial. Estava na mira, era só apertar o gatilho e o Alexandre de Moraes estaria morto. Isso é grave. Não creio que haja alguém que venha defender esse tipo de atitude.

Essa não é uma questão de esquerda ou de direita. É uma questão de civilidade. Na política, a pessoa disputa, perde ou ganha. Quando ela perde, recolhe-se, vai para casa e se prepara para disputar dali a 4 anos. Quando ela ganha, vai governar.

Tudo isso foi tramado, inclusive com a possibilidade da explosão daquele caminhão com 66 mil litros de querosene de aviação lá no Aeroporto de Brasília, quando milhares de pessoas poderiam ter morrido ali, naquele dia.

A implosão da Rodoviária do Plano Piloto, no dia 24 de dezembro, quando passavam por ali centenas de milhares de pessoas, teria sido uma tragédia inominável. A tentativa de implodir as torres de alta tensão de Furnas, em Taguatinga Sul e em Samambaia, foi outra situação gravíssima.

Portanto, tudo isso tem que estar na nossa memória. Todo mundo que foi eleito pelo povo tem a obrigação e o dever de apoiar a democracia, para que nunca mais esses fatos se repitam no nosso país.

Deputado Eduardo Pedrosa, não se trata de ser de esquerda, de direita ou de centro; trata-se de ser defensor da democracia, o maior valor que existe. Nós só estamos aqui, e ainda estamos aqui, porque existe um processo democrático.

Portanto, não podemos, em hipótese nenhuma, aceitar essa trama maldita e golpista que foi feita dentro do Palácio da Alvorada e do Palácio do Planalto. Tramaram a morte de ministros, tramaram a morte de um presidente eleito. Isso seria um golpe fatal na democracia. Isso nós não podemos aceitar.

Dito isso, eu quero levantar um ponto sobre a minha categoria, a categoria de vigilantes terceirizados do Distrito Federal.

A data base dos vigilantes é 1º de janeiro. A convenção coletiva dos vigilantes venceu dia 31 de dezembro. Até hoje, dia 25 de fevereiro, o presidente do sindicato patronal, senhor Luis Gustavo, não teve a coragem e a decência de se sentar à mesa para acertar a convenção coletiva dos vigilantes.

Os vigilantes estão se preparando para uma paralização, uma greve geral em defesa das conquistas que tivemos, as quais o sindicato patronal quer retirar.

Está na hora de os proprietários de empresa que têm juízo, que são empresários de verdade, pressionarem para que haja uma convenção coletiva de trabalho assinada. Não dá para continuar na incerteza que os companheiros estão vivendo. Não dá para aceitar esse jogo do senhor Luis Gustavo, presidente do sindicato patronal, que só quer prejudicar os trabalhadores.

Portanto, apelo aos empresários de verdade para se sentarem com o sindicato laboral, a fim de que possamos assinar uma convenção coletiva de trabalho. Inclusive, peço algo ao presidente deputado Wellington Luiz, já que a Câmara Legislativa é tomadora de serviço. O sindicato encaminhou um ofício a todos os tomadores de serviço, em que pede um posicionamento. Que esta casa se posicione junto à empresa que presta serviço, para dizer que quer solucionar esse problema da convenção coletiva! A convenção interessa a todos que têm bom senso, porque quanto mais tempo se demora para assinar, mais se acumula passivo; é pior para as empresas e é péssimo para os trabalhadores.

É fundamental a assinatura da convenção coletiva de trabalho dos vigilantes do Distrito Federal.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado.

É óbvio que a Câmara Legislativa vai chamar para si essa discussão e construir soluções para que consigamos chegar ao bom termo.

Obviamente, o trabalhador é sempre prioridade, mas precisamos discutir com as empresas, para, de fato, construir um resultado bom para todos e que seja exequível, isso é importante.

Obrigado, deputado, pelo pronunciamento.

Parabéns!

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Presidente, boa tarde.

Boa tarde, deputados, deputadas, servidores da Câmara Legislativa e quem assiste a nós pela TV Câmara Distrital.

Boa tarde a quem está hoje na galeria da Câmara Legislativa do Distrito Federal, especialmente os trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal ou quem defende o Sistema Único de Saúde do Distrito Federal.

Vivemos um momento decisivo de luta em defesa da saúde pública nesta cidade. Isso é muito importante.

Eu queria dizer para vocês que, na semana passada, ligou-se um alerta enorme em relação ao tema da saúde pública. Nós que defendemos o SUS; que sabemos da importância do enraizamento do Sistema Único de Saúde e da estruturação dos atendimentos; que sabemos que hoje há um processo deliberado de precarização do Sistema Único de Saúde, e mais, há uma aberração do ponto de vista da gestão da saúde, que é o IGESDF, ligamos um alerta máximo com o que aconteceu na semana passada.

Primeiro, é importante narrar os fatos sobre a saída da secretária de Estado de Saúde. Obviamente, há um descontentamento com o atendimento em saúde no Distrito Federal, seja nas unidades de emergência, seja nas unidades básicas de saúde. Há uma crise instalada na saúde. Tivemos uma crise enorme, com a dengue, no ano passado, com as doenças respiratórias que afetaram crianças e adolescentes e, agora, com fechamento parcial do HMIB.

Nós temos uma crise instalada na saúde. O formato da demissão da secretária de Saúde e a forma como esse processo foi construído, com a criação de um comitê paralelo de gestão da saúde pública, constrangeram a secretária de Saúde, que agora pede demissão. E esse pedido de demissão vem acompanhado da nomeação do presidente do IGESDF como titular da saúde. Isso nos gera um alerta máximo de preocupação com a saúde pública, porque defendemos um Sistema Único de Saúde

que privilegia e fortalece seus servidores, pautado nos princípios da transparência, universalidade e integralidade no atendimento à população, especialmente no Distrito Federal.

Não há secretário de Saúde que, ao competir com a gestão do IGESDF, consiga construir uma saúde pública de qualidade. Não podemos conviver mais com o IGESDF no Distrito Federal. O IGESDF é um problema generalizado.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – O SUS não é do IGESDF! Essa frase é muito importante, porque mostra a forma como houve a condução da saúde no último período. O presidente do IGESDF era chamado para as reuniões decisivas da saúde pública, enquanto a própria secretária e os gestores da saúde não eram convidados.

O Comitê da Saúde, que foi criado e depois revogado pelo governador, tinha um prestador de serviço, como diz muito bem a deputada Dayse Amarílio, que é uma defensora da saúde, mas não tinha a secretária de Saúde na presidência. Há um movimento, há um projeto estruturado que estão tentando colocar em prática, para dinamitar, atrapalhar e desqualificar o Sistema Único de Saúde no DF. Nós não podemos tolerar isso.

Temos categorias que vão ficar de pé em defesa da saúde pública. Não temos dúvida de que enfermeiros, enfermeiras, técnicos de enfermagem, médicos, médicas, assistentes sociais, psicólogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, dentistas, profissionais de todas as áreas que atuam na saúde pública vão defender a saúde pública do DF. Sabemos o que está ruim. O problema é que esses governos vêm tentando inventar soluções, mas não têm a capacidade de escutar os profissionais que entendem da saúde pública. Não se sentam com o Sindicato dos Enfermeiros, com o Conselho Regional de Medicina, com o Conselho Regional de Serviço Social e com outras entidades que podem contribuir com a gestão da saúde pública do Distrito Federal.

Presidente, nós vamos ficar com o alerta máximo na fiscalização do IGESDF.

Eu tenho muito orgulho de não ter votado nos últimos presidentes do IGESDF nesta casa. Não tenho compromisso com o erro. Os erros são do governador. A nossa função é fiscalizar. Nós não temos compromisso com o erro e vamos continuar com o mandato comprometido com a saúde pública. Eu tenho orgulho de ter visitado o instituto, bem como todos os hospitais públicos, junto com a deputada Dayse Amarílio, na pandemia.

Nós temos uma CDDHCLP que atua de forma muito diligente na fiscalização dos hospitais a partir das denúncias, que são centenas de milhares, que recebemos no Distrito Federal, por meio da comissão. Nós vamos *in loco* fiscalizar o que acontece nos hospitais para, de alguma forma, alertar o governo de que é possível mudar o Sistema Único de Saúde.

E, mais do que isso, nós vamos lutar até o fim para que o IGESDF acabe e para que o governador honre a sua palavra de acabar com o Instituto Hospital de Base. Ele, infelizmente, traiu a sua palavra quando, em vez de acabar com o Instituto Hospital de Base, ampliou-o ao criar o IGESDF. Então, nós vamos lutar para que isso não aconteça mais.

Eu quero dizer para vocês que nós temos uma CPI da Saúde voltada para o IGESDF, protocolada nesta casa. Ela pode ser instaurada e pode começar a funcionar para fazer a fiscalização. A CPI é um movimento importante. Ela talvez seja o instrumento mais poderoso do Poder Legislativo para tensionar o poder público, apurar os problemas, zerar as dificuldades, a fim de tentar apontar para o novo e estruturar a mudança na saúde do Distrito Federal.

Nosso mandato é o primeiro signatário dessa CPI, e nós vamos lutar para ela ser instalada. É óbvio que, muitas vezes, há uma série de engrenagens institucionais a fim de tentar nos impedir de instalar essa CPI, mas essa luta não será abandonada por nós. O nosso bloco – eu, o deputado Max Maciel e a deputada Dayse Amarílio, que sempre tem nos orientado e dialogado conosco sobre os temas da saúde – estará unido nessa batalha.

Movimentos dos servidores, contem conosco em defesa do SUS e contra o IGESDF.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Presidente, eu quero só mais 1 minuto.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Só 1 minuto, vamos garantir a palavra do deputado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Eu peço só 1 minuto a vossa excelência, para concluir meu pronunciamento e registrar a presença do movimento que também faz parte da Frente Parlamentar em Defesa da Promoção da Educação Inclusiva nas Redes Públicas de Ensino do Distrito Federal. Esse é um movimento muito importante, pois a educação é fundamental, e hoje faltam monitores nas escolas.

Sei que outros deputados acompanham essa importante pauta da inclusão.

Não haverá educação inclusiva se não houver estruturação das nossas unidades de ensino, além de profissionais adequados, contratados, concursados, que são os monitores, para atuarem na educação inclusiva.

Nós temos, hoje, um instrumento na Secretaria de Educação: os educadores voluntários. Eles recebem por dia, para trabalhar, R\$40, praticamente o valor de um prato de comida. Eles não possuem, muitas vezes, formação, mas são pessoas muito bem-intencionadas, pessoas que lutam para que as coisas aconteçam da melhor forma possível. Sabemos do esforço dos educadores voluntários, que estão na batalha para fazer as escolas funcionarem, mas essa engrenagem não está correta, presidente, porque o correto é haver monitor, é haver formação profissional, é haver estruturação das escolas com salas especializadas.

Então, registro meu apoio à educação inclusiva. Contem com o nosso mandato. Inclusive, nós temos um edital, o Edital Realize, de emendas parlamentares, e um dos objetivos dele é estruturar a educação inclusiva na Secretaria de Educação.

Contem conosco nessa luta. Um grande abraço.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Quero registrar e agradecer a presença do diretor-presidente do IPEDF, doutor Manoel. É um prazer tê-lo conosco.

Hoje há um importante projeto a ser votado, a LDO. Aliás, peço para os colegas manterem o quórum.

Deputado Pastor Daniel de Castro, tenho uma reunião agora, às 16 horas e 30 minutos. Por isso, peço para vossa excelência dar sequência aos trabalhos, uma vez que há na pauta muitos projetos importantes que precisam ser apreciados, em especial a LDO e a moção em homenagem ao Inimá.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Presidente, solicito o uso da palavra para questão de ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Concedo a palavra.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para questão de ordem.) – Senhor presidente, nos termos do art. 132 do Regimento Interno, levanto questão de ordem sobre a exigência de quórum mínimo de presença para a realização de sessão de debates.

O art. 114, § 2º, do Regimento Interno, estabelece que, caso não haja designação da ordem do dia para uma sessão ordinária, esta se converta automaticamente em sessão de debates. O art. 178 determina ainda que a ordem do dia das sessões ordinárias deve ser publicada no Sistema de Publicações Legislativas na véspera da sessão.

Diante disso, questiono se a exigência de quórum mínimo de 1/4 dos deputados para a abertura da sessão ordinária também se aplica às sessões de debate, considerando que a conversão de uma sessão ordinária em sessão de debate decorre da ausência da ordem do dia e que esta deve ser publicada previamente.

Entendo que a sessão de debates não depende de quórum mínimo para ser realizada.

Requeiro o esclarecimento da matéria por vossa excelência a fim de garantir a correta aplicação das normas regimentais.

Essa é a minha questão de ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Acolho a questão de ordem levantada pelo nobre deputado Chico Vigilante e, após análise dos dispositivos regimentais citados, passo a decidir.

O art. 114, § 2º, do Regimento Interno estabelece que, na ausência de designação da ordem do dia, a sessão ordinária se converte em sessão de debates.

Entendo que a sessão de debates tem natureza distinta das sessões ordinárias, uma vez que se destina exclusivamente à manifestação dos parlamentares sobre temas de interesse público do Distrito Federal, sem a deliberação de proposições. Não à toa, há a distinção expressamente feita pelo regimento.

Dessa forma, não se justifica o condicionamento ao quórum mínimo de 1/4 dos deputados para abertura dos trabalhos em sessões de debates, tal como se exige para sessões ordinárias.

Além disso, como a conversão da sessão ordinária em sessão de debates ocorre automaticamente quando não há designação da ordem do dia, e considerando que esta deve ser publicada na véspera, é evidente que, no dia seguinte à não publicação, haverá uma sessão de debates, à qual comparecerão os deputados interessados.

Por essas razões, decido pelo acatamento da questão de ordem e estabeleço que as sessões de debates podem ocorrer independentemente do quórum mínimo de presença. Determino, ainda, que esta decisão seja registrada e indexada no livro próprio, nos termos do art. 132, § 8º, do Regimento Interno.

Publique-se, nos termos do art. 114, § 2º, do Regimento Interno.

Informo aos senhores e senhoras deputadas que não será designada ordem do dia para as sessões ordinárias do dia 27 de fevereiro de 2025 e 6 de março de 2025. Publique-se.

Neste momento, passo a presidência ao nobre deputado Pastor Daniel de Castro.

(Assume a presidência o deputado Pastor Daniel de Castro.)

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Assumo a presidência.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder.) – Boa tarde, meus pares, meus colegas e amigos, jornalistas e servidores.

Eu venho como líder do governo falar da vontade do governo de acertar. Eu vou repetir: apesar de não ser especialista da área de saúde – eu sou policial militar e todos sabem disso –, vejo a vontade do governador de acertar todo o tempo.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Pessoal da galeria, por favor.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder.) – Deixem-me falar, depois vocês me vão!

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Só 1 minuto, deputado Hermeto. Peço aos senhores que, enquanto o parlamentar estiver falando, por favor, vocês não façam uso da palavra. Após ele falar, democraticamente, vocês podem vaiar. Se insistirem, vou chamar a polícia legislativa e terei que retirá-los. Não queremos isso!

Solicito à polícia legislativa que se posicione. Não queremos nenhuma posição arbitrária. Por favor, deixem o deputado falar. Depois, vocês se manifestem.

Concedo a palavra ao deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder.) – Obrigado, presidente. Como líder do governo, eu gostaria de falar da vontade que o governo tem de acertar em todas as áreas. A saúde é um problema crônico no Distrito Federal. Todos nós sabemos disso. Esse problema na saúde existe há anos e anos e existiu em todos os governos que antecederam o governo Ibaneis.

Agora mesmo, o governador autorizou a contratação de 200 médicos! Então, esse é um governador que contratou muitos concursados!

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder.) – Deixem-me falar, depois vocês falam, por favor.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Pessoal, não vou aceitar desordem! Peço à segurança da casa que se posicione e retire, por gentileza, aqueles que estão na galeria atrapalhando a fala do deputado. Não queremos isso!

DEPUTADO HERMETO (Governo. Como líder.) – A secretária Lucilene – que saiu –, de quem o deputado Chico Vigilante gosta muito, é uma servidora de carreira, uma médica conceituada. Coitada da Lucilene! Ela estava exausta e pediu para sair porque ela não aguentava mais. Ela pediu ao governador para sair porque não aguentava mais! Agora, está entrando o Juracy, uma pessoa mais jovem, que vai tentar acertar!

O doutor Cleber Monteiro – falando do IGESDF – é um homem de respeito, um delegado de polícia. Conheço o doutor Cleber há 15 anos, desde quando ele era diretor da Polícia Civil.

Vamos tentar acertar. A saúde não é fácil.

Em 1972, quando eu tinha 10 anos de idade, no Núcleo Bandeirante, minha mãe já reclamava que a saúde estava ruim. E nessa época nem SUS havia. A pessoa morria na porta do hospital se não provasse que contribuía com o Inamps. Não havia SUS, não é verdade, deputado Chico Vigilante? Quando eu tinha 7 ou 8 anos, minha saudosa mãe, dona Julieta, ia ao posto de saúde do Núcleo Bandeirante e gritava: “Cadê os médicos?”

Isso é uma coisa crônica que vem se arrastando há anos e anos! Não é um problema só do Ibaneis, foi também do Rollemberg, do Agnelo, do Roriz, do Arruda, foi de todos! Nós temos que ter um pouco de paciência.

Estamos tentando acertar. O governador Ibaneis tem feito o maior esforço do mundo em todas as áreas. Estou aqui como líder do governo, mas também estou como cidadão. Podem vaiar, podem fazer gestos. Não há nenhum problema nisso. Meu couro é grosso e não estou nem esquentando com isso.

Quero dizer que o doutor Cleber Monteiro tem o meu apoio, é um delegado de polícia, um homem respeitado, foi diretor da Polícia Civil e vai fazer um bom trabalho.

Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, querido deputado Hermeto.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado ao pessoal da galeria pela convivência pacífica.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Concedo a palavra.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT) – Presidente, como já usei a tribuna para falar sobre esse assunto, quero dizer, deputado Hermeto, já que o senhor é líder do governo, que, se o governador quer tanto acertar, há 2 pontos a serem seguidos.

Primeiro, escute os servidores da saúde, escute o controle social e o Conselho de Saúde. Isso não é favor. Isso está na Lei nº 8.080/1990, a Lei Orgânica da Saúde, que instituiu o SUS, deputado Hermeto, da qual parece que o governador se esqueceu, apesar da sua formação em direito.

Segundo, se ele quer tanto acertar, olhe para o que ele já fez, porque ele já fez isso em 2020 – eu falei isso da tribuna – quando nomeou o então presidente do IGESDF, senhor Francisco, como secretário de Saúde. O que aconteceu? O Francisco foi preso. Não se coloca na Secretaria de Saúde o representante de um prestador de serviço da própria secretaria. O que o governador está fazendo é um erro quanto à questão da moralidade e da legalidade. É ilegal e é imoral.

Se ele quer acertar, que ele escute o controle social e dialogue com quem está na ponta na saúde, que são os servidores da saúde que estão aqui presentes, a quem quero, mais uma vez, saudar: saúdo a presença dos trabalhadores do Sistema Unico de Saúde do Distrito Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto. (Pausa.)

O deputado Joaquim Roriz Neto decidiu ceder sua vez para que a deputada Dayse Amarílio se pronuncie primeiro, de forma a priorizar o privilégio que as mulheres têm nesta casa.

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para comunicado.) – Obrigada, presidente.

Quero agradecer a gentileza do deputado Joaquim Roriz Neto. Obrigada.

Com todo o respeito que tenho, é sempre uma honra receber todos vocês aqui: meus colegas, meus pares e servidores.

Deputado Hermeto, o senhor é servidor público de uma carreira tão importante para o Distrito Federal, a segurança! Eu gostaria de lhe fazer uma provocação: tente se colocar no nosso lugar. Como você é servidor da segurança – aliás, o novo presidente do IGESDF é da área de segurança –, como se sentiria se sua pasta fosse invadida? A sensação que temos é que ninguém da Secretaria de Saúde é capaz de fazer gestão, é como se fôssemos todos incompetentes. Como o senhor se sentiria, deputado Hermeto, se, por exemplo, um enfermeiro ou um médico fosse nomeado para gerir a Secretaria de Segurança? Não estou falando especificamente da pessoa do doutor Cleber, mas é um policial civil para fazer a gestão do instituto, e o instituto prestador de serviços para tomar conta da secretaria. Isso é, no mínimo, imoral. Como o senhor se sentiria se visse um médico ou um enfermeiro ser nomeado para a Secretaria de Segurança? O Cleber pode até ser um bom gestor, mas para a Secretaria de Segurança. Então, que ele vá para a Secretaria de Segurança, porque lá há servidores bons e comprometidos!

Quero dizer que precisamos, sim, nos mobilizar, pois a grande questão é resistirmos para continuarmos existindo. Tudo fica abaixo disso. Aqui não vamos mais fazer a defesa de categoria *a* ou *b*, como fazíamos antes, pois muitas categorias têm, sim, pautas legítimas. Devemos nos unir e mostrar à população do Distrito Federal que existem recursos.

Fico pensando na questão de o governador querer acertar. Não é questão de ouvir só os servidores da saúde, deputado Gabriel Magno, mas também os deputados que estão com mandato para representar o povo do Distrito Federal. Muitas vezes, querem deslegitimar a luta de algumas categorias, mas e quanto a nós que estamos aqui para defender quem precisa e não é ouvido? Eu tenho dificuldade de ser ouvida. Não sei se o senhor sempre consegue marcar reuniões para mostrar suas propostas, mas temos enfrentado dificuldades nesse ponto.

Vou repetir. A questão não é o decreto. Não haveria necessidade de decreto, se a secretaria fosse autônoma e livre de indicações políticas, que estão destruindo o Sistema Único de Saúde do Distrito Federal. A verdade é essa. Não podemos deixar de falar para as pessoas que há um orçamento de 14 bilhões. Quatorze bilhões!

Somente depois de termos estado à frente da CFGTC e agora da CSA – e com a ajuda da deputada Paula Belmonte, que foi presidente da comissão –, conseguimos identificar algumas coisas.

O IGESDF, na última prestação de contas, estava sem contrato. Estava também no 51º aditivo, com quarterização, não é terceirização. E, pasmem, havia 332 contratos com irregularidades. E sabem o que os contratados do contratante fazem? Ganham aditivos de parabéns. Como vimos, por exemplo, no caso da UTI, da UTI Vida, da alimentação. É isso que ganhamos, além do não cumprimento de metas.

Pasmem novamente! Depois de muita dificuldade nas prestações de contas do IGESDF, conseguimos identificar serviços sendo pagos com verba indenizatória; e nos falaram naquele momento que isso acontecia porque se tratava de urgência. Adivinhem quanto tempo de urgência? Há 4 anos estão sendo pagos esses serviços! Quatro anos é urgência? Isso é dizer que a saúde é prioridade? Não estamos falando de isenção fiscal, mas estamos falando de transparência de aplicação de recurso que é do povo.

Presidente, eu quero dizer que é muito importante os deputados desta casa terem consciência de que saúde é obrigação do Estado e de que é dever nosso fiscalizar.

Eu não sei se vocês sabem, mas pelo menos houve redução dos salários. Na última prestação de contas do IGESDF, havia salário de R\$61 mil. Ontem eu peguei dados do portal. Há salários de R\$47.231,00; R\$48.397,00 e de R\$47.210,00. E não há dinheiro para aplicar na atenção primária? Sabem quanto é o orçamento destinado à atenção primária, que dizem ser o eixo ordenador? Sabem quanto? Há orçamento para fazer 1 unidade de saúde e para fazer manutenção em 2. Isso é priorizar o orçamento da saúde? Enquanto isso, há viatura do Samu sem rodar por falta de manutenção e equipamento. O concurso para motorista, Gaps e especialistas de 2023 foi cancelado. Motivo? Orçamento. São 10 anos sem concurso.

Presidente, estamos aqui para falar que queremos resolver e sabemos como resolver isso. Muitas vezes eu vim aqui para apresentar proposta, porque eu não fico feliz de bater no governo e

dizer que a saúde está ruim. Isso não é pauta de ninguém. A nossa pauta aqui é transparência, e nós vamos lutar por essa transparência. Não é possível que esta casa vai deixar o IGESDF crescer um centímetro. É uma imoralidade o que estão fazendo com a saúde pública do Distrito Federal.

Eu quero dizer que o ICTDF é uma amostra. Nós podemos resistir, sim, porque hoje o ICTDF era para estar na mão do IGESDF. Fomos nós que conseguimos segurar isso. E sabe o que o ICTDF está mostrando? Que ele pode funcionar muito bem. Vocês servidores têm trabalhado doentes. Vocês são o pilar. Vamos falar para os usuários que hoje falta na rede quase 30 mil servidores, porque esses cargos vagos não estão com déficit real. Vamos para cima, vamos nos unir. Vamos resistir para continuar existindo e resistir à expansão do IGESDF.

Obrigada.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, deputada Dayse Amarílio.

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto.

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Para comunicado.) – Boa tarde a todos e a todas. Gostaria, primeiramente, de agradecer a Deus por este momento. Quero cumprimentar todos os presentes na Câmara Legislativa.

Eu gostaria de chamar a atenção e pedir o apoio de todos os deputados acerca de um problema grave no Distrito Federal que precisa ser combatido, pois afeta várias áreas da vida dos brasilienses: a poluição dos córregos, dos rios e dos lagos do Distrito Federal.

Esse problema é extremamente recorrente. Em todo o DF, existem vários casos de poluição extrema que chamam a atenção: o rio Melchior, entre Ceilândia e Samambaia; o ribeirão Sobradinho; partes do lago Paranoá; o ribeirão do Torto, entre várias outras localidades. Eu sei que, recentemente, foram iniciados os procedimentos para a instalação de uma CPI para apurar os responsáveis pela contaminação das águas do manancial.

Eu vou perguntar, aqui e agora, à população: “O que é o mais importante? No fundo, no fundo mesmo, o que é o mais importante: encontrar os responsáveis ou resolver o problema?”

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Para comunicado.) – Da mesma forma, eu pergunto para os manifestantes presentes que pedem uma CPI da saúde: “O que seria mais importante: simplesmente encontrar os responsáveis ou resolver o problema?”

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Para comunicado.) – As 2 coisas, é claro!

Recentemente, eu fiz parte de uma comitiva internacional que analisava e apresentava novas tecnologias voltadas justamente para a preservação do meio ambiente. Um dos temas tratados era poluição nos rios.

Eu quero dizer, de forma muito respeitosa, a todos que estão apoiando a CPI do rio Melchior, e em especial à autora da proposta, que não está presente hoje, a deputada Paula Belmonte, que eu entrei numa enquete recente que perguntava para a população, deputado Chico Vigilante, qual é a reação das pessoas quando elas ficam sabendo que vai acontecer uma CPI. A maioria das respostas é de desconfiança, pois muitos brasileiros veem CPIs como espetáculos políticos, com pouca efetividade prática. Eles têm uma percepção de que ela serve mais para gerar manchete do que para punir os responsáveis. Muitos acreditam que CPIs são usadas apenas como instrumentos para interesses políticos. Eles acreditam que, na maioria dos casos, a CPI é motivada por polarização política e que até mesmo os integrantes da CPI não estão interessados em resolver o problema, mas apenas em ressaltar, perante a população, que os problemas existem. A respeito de 93% das CPIs, há frustração por parte da população por falta de consequências e por falta de soluções apresentadas.

Por que eu falo tudo isso? Porque, nessa minha participação no ano passado (*sic*), foi apresentada brevemente uma nova tecnologia destinada, deputado Gabriel Magno, a fazer limpeza de rios. Essa foi uma das medidas mais eficazes que eu já identifiquei, com preços acessíveis. Eu pedi para minha assessoria, presidente deputado Pastor Daniel de Castro, entregar um papel para cada um dos parlamentares acompanharem esse formato. Trata-se de um sistema de *drone* – implementado dentro dos rios – que utiliza nanotecnologia para fazer a limpeza de rios e lagos. Cada equipamento

desse, que foi desenvolvido na Holanda, tem a capacidade de recolher até 500 quilos de lixo e de bactérias.

A nossa equipe verificou que, se pegássemos os rios mais poluídos, como o rio Melchior, com apenas 6 *drones*, iríamos conseguir fazer uma limpeza praticamente total do rio, com um custo inferior a R\$1 milhão.

Para vocês terem ideia, segundo o portal G1 de São Paulo, nos últimos 10 anos, o Governo de São Paulo já gastou quase R\$2.100.000.000,00 tentando despoluir o rio Tietê, com tecnologias antigas, as quais não são comprovadamente eficazes. Por esse motivo, eu apresentei uma indicação em que solicito a adoção de medidas ao combate à poluição de rios, ribeirões, córregos e lagos do Distrito Federal, usando esse estudo de viabilidade da aquisição de tais *drones* para fazer a limpeza desses cursos de água.

Eu já tive uma conversa com o presidente desta casa, o deputado Wellington Luiz, que demonstrou extremo interesse. Inclusive, na semana que vem, ele já quer marcar uma reunião com os secretários relevantes para o meio ambiente, com o governador Ibaneis, com a vice-governadora Celina, para estudarem a possibilidade de haver recursos oriundos da Câmara Legislativa, para fazer uma entrega e apresentar um resultado, uma solução.

Eu vou repetir: eu não estou aqui descredenciando o trabalho que é feito em CPIs, porque, em alguns casos, é importante, sim, descobrir quem são os culpados; mas, na minha humilde opinião, é muito mais importante resolver o problema, para as futuras gerações não viverem com esses rios poluídos, não viverem com essas bactérias iminentes, para cuidarmos da saúde das pessoas que moram...

(O microfone é desligado.)

DEPUTADO JOAQUIM RORIZ NETO (PL. Para comunicado.) – Presidente, faço uma breve demonstração de valores para todos os parlamentares que estão aqui.

Esse modelo de *drone* aquático que se chama WasteShark tem um valor individual de 25 mil euros. Seis unidades custariam R\$845 mil. Ele coletaria resíduos sólidos, algas, plásticos, bactérias e teria uma capacidade de coleta de 300 a 500 quilos de lixo. O modo de operação dele é remoto, e ele tem zero carbono de emissões. Não custa nada tentarmos.

Eu peço aos demais parlamentares que tiverem interesse em participar dessa reunião comigo e com o presidente da Câmara Legislativa para apresentarmos uma real solução para os rios e os córregos do DF, a fim de, cada dia mais, deixarmos a nossa capital mais limpa.

Muito obrigado a todos.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Muito obrigado, deputado Joaquim Roriz Neto.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Eu convoco os nobres deputados que estão nos seus gabinetes para virem ao plenário.

Só há 2 matérias para votarmos: as moções, que são muito importantes e que o pessoal está pedindo que sejam votadas, e o Projeto de Lei nº 1.571, que altera a LDO e viabiliza o projeto do auxílio-alimentação e do auxílio-creche – conforme acordo do Colégio de Líderes da data de ontem. Eu solicito aos nobres deputados que venham ao plenário.

Concedo a palavra deputado João Cardoso.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para comunicado.) – Obrigado, presidente.

Quero cumprimentar todos os parlamentares presentes, o pessoal da imprensa, que sempre cobre bem tudo o que nós fazemos, e a assessoria.

Cumprimento, também, todos os servidores que estão na galeria. Saibam que a luta de vocês é minha luta também, como servidor público de duas carreiras, como auditor fiscal e como professor. Eu defendo sempre o chamamento, o mais rápido possível, daqueles que estão aprovados como também daqueles que estão no cadastro reserva. Podem contar conosco sempre.

Presidente, eu gostaria de fazer um agradecimento hoje, porque, muitas vezes, saem críticas.

Nesta casa, nós temos o Fascal, que tem feito um excelente trabalho, principalmente em relação aos deputados e aos servidores. Eu tenho observado um diferencial. Quero elogiar o Giovane, que hoje é o chefe da equipe do Fascal. O Giovane é um servidor que está na casa há muito tempo. Eu tenho observado uma atenção diferenciada não só com os parlamentares mas também com os servidores que estão sendo atendidos e hospitalizados. A equipe do Fascal tem feito visitas diretamente aos internados para verificar se as coisas estão sendo bem aplicadas. Além de viabilizarem consultas e internações, presidente, eles vão até o hospital visitar o servidor. Então, eles estão de parabéns, como o doutor Igor também, que é o médico responsável pelo nosso serviço médico e faz o mesmo trabalho. Eu tenho notícias de servidores nossos que são hospitalizados e que recebem sempre a visita do doutor Igor, do Giovane ou de outro membro da equipe. Então, parabéns ao Giovane da Fascal e ao doutor Igor, que é o chefe do serviço médico da Câmara Legislativa.

Presidente, em Sobradinho, nós temos um cantor que, acredito, todos aqui conhecem. É o Alex Júnior. Quero elogiar esse cantor, que leva cultura a Brasília. Ele canta no CCI, Centro de Convivência dos Idosos, todo domingo à tarde, voluntariamente. O CCI foi reaberto pela administração, e ele está lá cantando. Além disso, ele sempre faz questão de apoiar outros cantores. Então, quero parabenizar o cantor Alex Júnior, de Sobradinho. Ele tem meu respeito.

Presidente, em relação à competência dos auditores fiscais de transporte da Semob, nós temos decretos em todos os locais onde estão os auditores fiscais de atividades urbanas, seja da saúde, seja do transporte, seja do meio ambiente, seja de obras ou seja de atividades econômicas. A chefia dessas subsecretarias dos auditores é sempre ocupada, exclusivamente, por auditores.

Nesta semana, eu me surpreendi com o Decreto nº 46.880/2025, que revogou, na Semob, a exigência de que o chefe da fiscalização seja um auditor fiscal. A secretaria fez isso. Eu achei meio estranho. Já noticiei o nosso secretário Zeno, que sempre me atende muito bem, para que isso seja revertido. Por quê? Colocar uma pessoa de livre provimento para chefiar uma fiscalização, que é uma atividade típica de Estado, é muito perigoso. Nós já tivemos vários casos aqui. Como servidor auditor fiscal há 30 anos, eu sei muito bem do que estou falando. Espero que o secretário Zeno faça essa mudança. Nós tivemos reunião com o Sindafis e a Sufisa. O Sindafis é nosso sindicato, e a Sufisa é uma subsecretaria de fiscalização.

Espero que o governo, através do secretário Zeno, revogue esse decreto e faça com que o chefe da fiscalização continue sendo um auditor fiscal de atividades urbanas da especialidade de transportes.

Também quero agradecer, presidente, o avanço que está havendo em Sobradinho II. Quero agradecer ao nosso secretário José Humberto, que tem conduzido isso muito bem. Por exemplo, presidente, estamos caminhando para pavimentação das ruas da Vila Basevi. A principal via foi pavimentada, mas não foram pavimentadas as ruas laterais, vicinais, onde estão as casas das pessoas. Ali existe um recurso hídrico logo abaixo. O que está acontecendo? A enxurrada leva todo o material, que está assoreando as cachoeiras, a natureza.

Isso é uma injustiça com aquela comunidade, que ali está desde o início de Brasília. Ali, presidente, não era Basevi, era Base VI. Uma usina de concreto ou de asfalto – se eu não me engano – funcionava nessa localidade. Essa comunidade está nesse local há muitos anos. Então, fico muito contente de tudo estar caminhando.

Quero agradecer também ao Fauzi Nacfur, que levou o engenheiro Jeferson, que é servidor, para complementar a ligação entre o condomínio Versalhes e o Buritizinho. Era uma questão antiga. Não se conseguiam pavimentar 150 metros, mais ou menos.

O Jeferson fez isso e, também, apresentou – ao secretário José Humberto e ao presidente do Ibram, Roney Nemer – o projeto de uma ponte muito simples e com utilização de pouco recurso. Vai ser um ganho muito grande para as 2 populações que vivem nessa região. No Versalhes, há a avenida Canela de Ema, que a ponte ligaria ao Buritizinho, que é Sobradinho II.

E, também, presidente, estamos trabalhando numa coisa muito boa. Estamos trabalhando junto ao secretário Marcelo, da Seduh, a viabilidade da regularização de todo o setor de mansões de Sobradinho. O secretário Marcelo é muito técnico e nos atendeu muito bem. Quero agradecer ao governador Ibaneis essa equipe técnica tão eficaz e tão eficiente em relação às demandas que nós levamos.

Presidente, quero também falar sobre a questão do concurso público da Caixa Econômica. Embora seja um órgão federal, somos procurados sobre isso. Já acompanhamos aqui no DF 86 carreiras. Os técnicos bancários comerciais nos procuraram também. Eles foram aprovados em todas

as fases do concurso, todas. Claro que a gestão do banco tem o discernimento de os chamar ou não. Já chamou bastantes técnicos, mas não publicou o cadastro reserva.

Publicando esse cadastro reserva, sendo que esses servidores já cumpriram todas as etapas do concurso e estão aguardando, o que vai acontecer? A Caixa Econômica vai ficar tranquila, porque, se ela decidir chamar mais servidores, ela vai ter o cadastro reserva, trazendo economia. Que o princípio da economicidade, da eficiência e da eficácia sejam preservados, sem ser preciso fazer outro concurso. Então, conclamo isso aos diretores da Caixa Econômica. Que esse vídeo, o meu pronunciamento chegue até vocês, para que deem início à publicação da convocação desses servidores do cadastro reserva.

Quero finalizar, presidente, dizendo que o Projeto de Lei nº 2.708/2022, da Seagri, está para ser votado nesta casa. Inclusive já acertamos de votá-lo. Só que foi feita uma emenda ao inciso IV, em que foi considerado crime gravíssimo praticar crueldade, abuso e maus-tratos aos animais ou descumprir normas federais e distritais voltadas ao bem-estar animal.

Eu quero aqui falar aos senhores e às senhoras que já existe na Lei nº 41/1989, que é da carreira de atividades urbanas, o auditor do meio ambiente...

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Amigos da galeria, nós já combinamos – então, acho que não preciso falar outra vez – que o parlamentar fala, depois falam os senhores.

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso.

DEPUTADO JOÃO CARDOSO (AVANTE. Para comunicado.) – Já existe a Lei nº 41/1989, que prevê todas as infrações. As infrações são gradativas: advertência, infração leve, grave, muito grave e gravíssima. Como a lei está colocando essa infração como gravíssima, quero fazer um alerta. A advertência entendemos como uma forma de a pessoa resolver o problema – isso existe, trabalhei durante 30 anos com isso. Existe a infração leve, presidente, que tem multa de 1 a 100 UPDFs – 1 UPDF equivale a R\$551; se forem 100 UPDFs, na infração leve, a multa vai para R\$55 mil. Não vou falar das multas grave e muito graves, vou direto para a gravíssima. A gravíssima, presidente, vai de 501 a 1.000 UPDFs, ou seja, a multa seria, no mínimo, de R\$276 mil e, no máximo, de R\$551 mil.

Quero lembrar, presidente, que existem atenuantes e agravantes na Lei nº 41/1989. Nós, auditores fiscais ambientais, já estamos acostumados com toda essa legislação. Infelizmente, presidente, temos visto – essa é a experiência dos auditores – que, muitas vezes, as pessoas que têm cometido esses crimes demonstrados são, infelizmente, pessoas que, como os carroceiros, por exemplo, não têm um grau de instrução. Eles são orientados e muitas vezes a questão se resolve sem precisarem de uma multa – ou, se houver uma multa, é uma multa leve. A gravíssima inviabilizaria totalmente a vida deles.

Outro exemplo, presidente, é uma granja. Há as suinoculturas e os aviários, onde, por exemplo, pode faltar luz. Faltou luz, muitas vezes, as aves morrem. Isso pode ser considerado como um crime de crueldade. Já pensou um empresário receber uma multa de R\$551 mil porque a luz acabou? Ou então o funcionário de uma suinocultura esquecer de colocar o remédio ou a ração direitinho, e os suínos vierem a morrer?

Solicitei a assessoria do nosso amigo e irmão, deputado Daniel Donizet, que colocou essa emenda. Ele, que é o defensor, sim, dos *pets* de Brasília, tem a minha consideração, tem o meu respeito. Conversamos com a assessoria, conversamos com o deputado, e ele falou que vai fazer a correção em relação a esse inciso. Então, agradeço ao deputado Daniel Donizet e agradeço aos meus amigos auditores fiscais do Ibram.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, deputado João Cardoso.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para comunicado.) – Boa tarde, deputado Pastor Daniel de Castro, presidente desta sessão, companheiros parlamentares presentes e toda essa galeria combativa que se faz presente no dia de hoje, na luta e na defesa de um SUS universal e público – vocês têm o nosso apoio.

Eu queria, antes de fazer minha fala inicial, dialogar com o companheiro deputado Hermeto. De fato, na saúde no Brasil há uma série de sobreposições de problemas. Mas o Distrito Federal já teve, sim, uma boa taxa de cobertura, de mais de 90%, quando priorizou a atenção primária com o técnico de enfermagem, com enfermagem, com a atenção secundária fortalecida. Isso foi na gestão Maninha, do nosso partido. Ela era a secretária de Saúde. Nós sabemos um pouco como era isso. Havia uma equipe proporcional à quantidade de pessoas e habitantes daquela região. Isso não acontece hoje. Nós vamos às UBS, e há equipes de saúde cuidando de 7 mil pessoas. Isso não vai dar certo.

A nossa atenção secundária é a pior cobertura do Brasil. Os Caps estão praticamente sucateados – quando existe Caps.

Precisamos primeiro fortalecer os agentes públicos, que são os que têm a memória do território, que conhecem as pessoas e sabem onde elas moram, e que não pensam na saúde apenas na atenção terciária ou quaternária, que custam caro. Uma internação custa muito mais do que uma prevenção.

Nós fomos a uma unidade de saúde, deputada Dayse Amarilio, onde havia 3 senhoras sentadas. O dedo do pé gangrenando. Eu não sou profissional de saúde, mas falei: “É diabetes”. A diabetes não brotou da noite para o dia. É que o nosso povo come mal. E não come mal porque quer, é porque o produto na mesa é caro. Primeiro, existe um agronegócio sabotador e, segundo, ele vai comprar o ultraprocessado, que é mais barato.

Se houvesse equipes que conseguissem fazer com que o povo tivesse uma boa alimentação; que o ensinassem a aproveitar os alimentos que tem em casa, a fazer quintais produtivos, a fazer hortas comunitárias; conseguiríamos reduzir danos num processo de prevenção.

Está aqui o nosso apoio. Vocês sabem que o Bloco PSOL-PSB assinou o pedido de CPI. Acabamos de mandar um documento a esta casa para pedir que a CPI seja instaurada. Nós queremos entender o porquê do custo de R\$14 bilhões, se ninguém nesta cidade consegue dizer que é bem atendido. (Palmas.)

Presidente, nesses 2 últimos minutos, quero falar que nós conseguimos aprovar nesta casa o Estatuto do Pedestre, a primeira política sobre o andar a pé nesta cidade, que tem mais de 60 anos.

O andar a pé é o primeiro canal de mobilidade para tudo – para chegar ao carro, para ir de bicicleta, para chegar ao ônibus. Você precisa de calçadas para transitar pela cidade.

Está havendo uma obra no Eixão Norte. Quem acompanha sabe que o acesso foi fechado. Nós oficializamos a Secretaria de Obras e perguntamos como o pedestre passa ali. A Secretaria de Obras disse que não é ela quem cuida da via; que quem cuida daquela via é o DER. Daí, nós perguntamos para o DER por que a passagem do pedestre está bloqueada. O DER disse: “Essa obra não é comigo, é com a Novacap”. Agora temos que perguntar para a Novacap...

Quem tem que gerir a mobilidade nesta cidade é a Secretaria de Mobilidade. O DER tem que ser subordinado à Secretaria de Mobilidade, a Novacap tem que ser subordinada à Secretaria de Mobilidade.

Fechou-se com tapume! E quero chamar a atenção para o que o Uirá, um cicloativista servidor desta casa, denunciou, e a CTMU já oficializou. A pessoa que transita na região do Conjunto Nacional e acessa o Setor Bancário Norte tem que ficar 7 minutos... Ela tem que descer para achar a primeira passarela e dar a volta para chegar ao outro lado da rua, porque o Detran simplesmente liberou o tempo semafórico para o carro, e não garantiu a passagem em nível para o pedestre. Em resposta, o DER disse o seguinte: “Sobre a problemática apresentada pelo parlamentar, existem 22 passagens subterrâneas”. Dá vontade de pegar o diretor do DER e falar: “Meu amigão, todo dia você vai atravessar aqui e andar durante 7 minutos para, depois, voltar. Saia do ar-condicionado do carro, passe lá e sinta o problema na pele, que eu quero ver. Se fosse um parente seu, você arrumaria uma passarela no Eixão e argumentaria, inclusive, que ela não feriria o tombamento.”

O que nós estamos pedindo é que qualquer obra viária nesta cidade não impeça aquilo que é prioritário, que é o andar a pé. Aqui, é o contrário. Para quem tem carro, há tempo semafórico liberado, não há nenhuma barreira e é construída uma faixa nova. O pedestre que se vire.

Pergunto, de verdade, ao Governo do Distrito Federal: “Como é que um cadeirante vai atravessar o Setor Bancário Norte, se não há calçada nivelada para ele e ele vai concorrer com o carro?” É uma pergunta de verdade. Quero ver como é que ele vai fazer isso. Como é que uma pessoa que tem mobilidade reduzida vai ter que se arriscar entre os carros e ir lá embaixo? São 7 minutos. Ele perde 7 minutos do tempo de vida dele para poder atravessar um lado. Isso é um absurdo na capital

do país. Isso não se pode permitir.

Vamos oficializar de novo, mais uma vez, pedindo aos gestores desta cidade que – quando a situação envolve tráfego, envolve pista, envolve obra de mobilidade – o pedestre que pega transporte coletivo ou ativo – seja andar a pé ou de bicicleta –, como preconiza o Estatuto de Mobilidade Nacional, seja prioritariamente valorizado, e não o contrário.

Vamos seguir, presidente, fiscalizando e acompanhando. Obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, deputado Max Maciel. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix. (Pausa.)

O deputado Fábio Félix não se encontra.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para comunicado.) – Presidente, quero, nesse segundo pronunciamento, primeiro, só fazer mais um adendo sobre a questão da saúde, do IGESDF, porque o deputado Hermeto chegou a dizer que o governo tem boa intenção e desejou uma boa gestão para o novo presidente do IGESDF, um delegado da Polícia Civil.

Eu estava conversando com a deputada Dayse Amarílio e com o deputado Max Maciel a respeito disso. Talvez um delegado da Polícia Civil seja hoje o mais indicado para presidir o IGESDF, para poder investigar os crimes do instituto. Pode ser isso uma tentativa de acerto do governo Ibaneis. Vamos torcer para que o delegado indicado cumpra com seu ofício e investigue os vários crimes do IGESDF: corrupção, desvio de recurso público, superfaturamento na compra de equipamentos, vacina na época da pandemia, o desastre e o caos da saúde pública no Distrito Federal.

Quero, presidente, também, tratar de um assunto da nossa cidade. Vossa excelência, na semana passada, discutiu a questão fundiária, o problema da grilagem e a forma desigual como o governo Ibaneis trata os moradores, a população e os grileiros.

Vou dar agora o exemplo de Santa Maria. Estive recentemente em Santa Maria, presidente. Ali estava o trator do Governo do Distrito Federal derrubando a casa das pessoas. Implorei, inclusive, para abrir uma mediação, uma negociação com a Terracap. Se fosse o caso, negociar até no sentido de as pessoas comprarem, pagarem, arcarem com os prejuízos, mas que se abrisse uma negociação. Não houve negociação.

A negociação foi o trator derrubar a casa das pessoas. Na mesma Santa Maria, se formos lá agora, a cidade quase inteira está cercada. Terreno público está cercado. Alguém decidiu que era dono da terra – terra pública, inclusive, pois a Terracap já se manifestou dizendo que era terra pública, que a ocupação é ilegal, mas são grandes empreiteiros da cidade. Trata-se de uma grande área, mas, para isso, o governo Ibaneis faz vista grossa. Para os amigos, não há trator; para a população, para a qual não há política habitacional, há trator. Vossa excelência denunciou também o caso recente das derrubadas na comunidade 26 de Setembro.

Eu quero trazer uma notícia que saiu no *Estadão* esta semana: “Distrito Federal quer alugar prédio de aliado de Ibaneis Rocha por 42 milhões, sem licitação”. Dizem que o prédio é ligado ao deputado federal Eunício Oliveira, cujo filho é sócio da empresa proprietária, e que seria para acomodar a Secretaria de Economia, que, parece-me, não precisa de um novo prédio. O governador chegou a dizer que o fato de o governo querer alugar um prédio – sem necessidade, sem licitação, que pertence a um correligionário –, abro aspas para o governador: “Em nada fere a lei e a ética”, fecho aspas para o governador. Não me parece que destinar R\$42 milhões para alugar um prédio de um amigo, sem licitação, não fira a lei e a ética ou o interesse público da cidade.

De novo, outra denúncia, que nós fizemos no final do ano passado e no início deste ano: parece que agora o governo resolveu autorizar novamente a obra em frente ao Mané Garrincha, descumprindo a legislação. É um governo, presidente, que, para os negócios dos amigos, vale tudo – vale passar por cima de processo licitatório, de legislação, inclusive dos direitos das pessoas.

Nós vamos discutir o PDOT neste ano, e eu quero chamar a atenção para esse debate fundiário da cidade. Precisamos inverter a lógica da ocupação do Distrito Federal. Não dá para o governo continuar sendo o grande acionista da grilagem de terra, da especulação imobiliária, da grilagem na área rural – financia, inclusive, presidente, o agronegócio, com o uso de agrotóxico, que está contaminando os recursos hídricos. Esse vai ser um assunto e uma pauta da CPI.

Por último, quero dialogar com muita tranquilidade com o deputado Joaquim Roriz Neto, que levantou questão sobre a objetividade ou não de uma CPI. Eu acho muito importante a CPI do IGESDF, presidente, e faço, de novo, o apelo nesta casa, que precisa dar uma resposta à sociedade.

O deputado Joaquim Roriz Neto disse que CPI não resolve, inclusive perguntou se é melhor resolver o problema ou só punir os responsáveis pelo problema. Eu pergunto ao deputado Joaquim Roriz Neto se ele concorda com o partido dele. Vejam: "PL consegue assinaturas suficientes para a CPI do Cozinha Solidária". Isso é no Congresso Nacional. Para que essa CPI do Cozinha Solidária, deputado Joaquim Roriz Neto? O seu partido, deputado Joaquim Roriz Neto, também quer CPI para investigar os Correios. Para que o seu partido quer uma CPI para investigar os Correios? O deputado federal Zucco do PL do Rio Grande do Sul quer CPI para apurar repasses do governo federal a prefeituras. O Nikolas Ferreira, do partido do deputado Joaquim Roriz Neto, quer CPI do IBGE.

Deputado Joaquim Roriz Neto, eu quero entender o papel da CPI já que, nesta casa, para investigar o governo que vossa excelência apoia, ela não serve. No entanto, no Congresso Nacional, o partido de vossa excelência quer inclusive essa CPI sem pé nem cabeça e briga por ela. Vossa excelência precisa tomar uma decisão. A CPI ajuda ou não?

Eu acho que CPI é importante, e a CPI do IGESDF tem que virar prioridade nesta casa.

Obrigado, presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Deputado Fábio Félix e deputado Chico Vigilante desejam fazer uso da palavra? (Pausa.)

Convido os deputados que estiverem na casa a virem ao plenário.

Só há mais 1 orador inscrito. Poderemos dar início à ordem do dia. Há 2 matérias importantes. Uma delas é o Projeto de Lei nº 1.571/2025, da LDO, que viabiliza o auxílio-alimentação e o auxílio-creche. Sobre ele, inclusive, foi firmado um acordo, ontem, com todos os deputados, no Colégio de Líderes.

Há 10 parlamentares em plenário, e só faltam 3 para haver quórum.

Então, convido os nobres deputados que estiverem na casa, em gabinetes ou reuniões, a virem a plenário. Se não, daqui a pouco, realmente, iremos embora, e acabará a sessão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para comunicado.) – Obrigado, presidente.

Venho a esta tribuna hoje para fazer um desabafo de preocupação. Esse assunto já foi abordado pelo deputado Chico Vigilante, e já tocamos nele muitas vezes. Refiro-me à concessão da rodoviária.

Há um sintoma muito grave nessa concessão e que me preocupa. Falo da falta de cuidado com o trabalhador. Há um grupo muito necessitado de ambulantes, em situação de vulnerabilidade, que trabalha há décadas na rodoviária. O governador conduziu o processo de concessão. Ao longo de todo o processo, falaram que iam cuidar de uma estratégia para os ambulantes. E não há estratégia! A estratégia é retirá-los à força do local de trabalho, sem oferecer formação profissional e sem alternativa.

Esses ambulantes saem de casa para trabalhar e para poder pagar as contas. Vendem roupas, frutas e bebidas. Estão há décadas na Rodoviária do Plano Piloto, que é onde circula gente.

Para quem está assistindo a nós informo que o Distrito Federal tem o dobro do desemprego da média nacional. O Distrito Federal é uma tragédia em desigualdade social, a segunda unidade mais desigual da Federação. Não é o mundo de fantasia do Ibaneis, não. A realidade do Distrito Federal é uma tragédia. E esses ambulantes precisam trabalhar.

Então, quero cobrar do Governo do Distrito Federal alternativas viáveis para os trabalhadores ambulantes daquela região. Peço, inclusive, que eles fiquem na área central, que é onde circula gente. Essa é uma demanda e uma exigência.

Quando foi candidato em 2018, o governador prometeu pagar, com dinheiro do bolso dele, as mercadorias de ambulantes recolhidas pela Agefis. Ele prometeu reconstruir, com dinheiro do bolso dele, casas da população derrubadas pela Agefis. Depois, ele mudou o nome da Agefis para DF Legal e achou que resolveu o problema. Não resolveu!

Como vossa excelência sabe bem, as casas continuam sendo derrubadas. O trator está ligado, e o governo o está dirigindo. Os ambulantes estão sendo retirados da Rodoviária do Plano Piloto, sem nenhuma alternativa. Nós precisamos falar sobre isso. Nós estamos nesta casa, como parlamentares, para falar sobre quem mais precisa de ajuda.

Eu queria, presidente, fazer esse apelo de sensibilidade, não é só o governo de direita ou de esquerda. Eu sei que há parlamentar nesta casa que tem trabalho social, independentemente da bandeira partidária.

Nós não podemos abandonar as pessoas que trabalham na rodoviária há décadas. É um absurdo, é abusivo, é um horror o que estão fazendo com esse povo.

Portanto, eu quero me solidarizar com aquelas pessoas e demandar do Governo do Distrito Federal que se busque alternativa para os trabalhadores ambulantes da rodoviária, que não chegaram lá ontem. Eles chegaram à rodoviária antes do que nós a esta casa e antes do que o governador ao Palácio do Buriti. Eles têm direito de ser respeitados.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Peço a vossa excelência uma pequena vênia para fazer um comentário, mesmo conduzindo a sessão, até porque, há 2 horas mais ou menos, eu estava lendo algumas matérias a respeito.

O governador Ibaneis se comprometeu a dialogar com esses ambulantes. Eu digo a vossa excelência que vou comunicar isso ao presidente deputado Wellington Luiz e pedir a ele que abra um diálogo para irmos lá conversar com o governo – com o governador, com o secretário da Casa Civil, Gustavo Rocha –, porque eu me solidarizo também com essas pessoas e me somo a vossa excelência. Eles são trabalhadores que, às vezes, não têm emprego formal na ponta. Eles vão para o trabalho informal, porque precisam dele. São pais e mães de família que têm que colocar o pão na mesa, a comida na mesa.

Deixo registrado que eu vou pedir para a assessoria passar esse comunicado ao nosso presidente deputado Wellington Luiz, para que abra esse diálogo com o Governo do Distrito Federal, a fim de possamos ir lá conversar com ele.

Parabéns pela sua interferência.

Pergunto se há mais algum deputado que queira fazer uso da palavra. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para Comunicado.) – Presidente, quero fazer um comunicado importante.

Nós tivemos uma reunião da executiva do Partido de Trabalhadores ontem à noite. Estávamos presentes eu, que faço parte da executiva, e o deputado Gabriel Magno. Nós, por unanimidade, decidimos lançar como pré-candidata ao Senado Federal a nossa querida companheira deputada federal Erika Kokay. (Palmas.)

Portanto, a Erika será a nossa pré-candidata e, no futuro, candidata ao Senado Federal.

Eu sempre digo que a Erika é a mulher das causas impossíveis. Não conheço ninguém nesta cidade que tenha mais coragem do que ela.

A Erika está em todos os cantos. Nos locais mais impossíveis de alguém estar, ali está a Erika. Ela está lado dos despossuídos, ao lado das pessoas realmente necessitadas, ao lado das mulheres que são agredidas nesta cidade, dentro dos presídios para verificar a situação dos presidiários, das pessoas que ainda não têm água nesta cidade. Em todos os cantos está a Erika.

Ela é uma companheira por quem nós temos o maior respeito. Ficamos muito felizes, ontem, em termos lançado a pré-candidatura da deputada federal Erika Kokay, aprovada por unanimidade na executiva do Partido dos Trabalhadores.

É esse o comunicado que faço neste momento, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Peço aos deputados que estiverem na casa, por gentileza, que venham ao plenário. Só há 2 matérias na pauta. Podemos encerrá-las em 30 minutos.

Solicito que os deputados registrem a presença nos terminais.

(Realiza-se a verificação de presença.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, eu queria aproveitar a fala do nosso colega deputado Chico Vigilante, líder do Partido dos Trabalhadores, para saudar a iniciativa do PT. De fato, as discussões partidárias sobre o apoio eleitoral ainda vão se dar, em momento posterior, em momento adequado.

Tivemos a oportunidade de fazer uma reunião com a Federação PSOL/Rede, e a deputada federal Erika Kokay, que é uma das poucas unanimidades do ponto de vista do trabalho humano, sério, de enfrentamento à desigualdade social. Ela faz isso há décadas nesta cidade.

Como o deputado Chico Vigilante falou, onde há luta digna nesta cidade, há o nome da deputada federal Erika Kokay: na luta por moradia, na luta por direito à saúde, na luta por direito à educação, na luta por direitos humanos, na luta em defesa da comunidade LGBT.

Deputado Chico Vigilante, quando LGBT não dava voto, mesmo na esquerda, quando as pessoas tinham medo de falar da temática LGBT, a deputada federal Erika Kokay já colocava a cara dela, porque ela sempre teve muita coragem para defender a dignidade da população LGBT.

Sem dúvida, ela pode agregar amplos setores da esquerda e fora da esquerda para apoiar sua pré-candidatura, se assim se confirmar posteriormente. É um nome que respeitamos muito.

Eu queria finalizar minhas palavras saudando o Partido dos Trabalhadores pela decisão acertada de indicar a deputada federal Erika Kokay como candidata ou pré-candidata ao Senado Federal.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Concedo a palavra.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Presidente, quero reforçar que a oposição continua presente no plenário, assim como vossa excelência e o deputado João Cardoso. É importante dizer isso.

Vossa excelência está pedindo aos deputados que venham ao plenário, mas já estamos aqui. Quero apenas garantir isso.

PRESIDENTE DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – É importante ressaltar que também estou aqui, assim como o deputado João Cardoso, a deputada Dayse Amarílio, o deputado Chico Vigilante e o pessoal da galeria, a quem agradeço a presença.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrados os trabalhos.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

Agefis – Agência de Fiscalização do Distrito Federal

Caps – Centro de Atenção Psicossocial

CCBB – Centro Cultural Banco do Brasil

CCI – Centro de Convivência do Idoso

CDDHCLP – Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa

CFGTC – Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle

CSA – Comissão de Saúde

CTMU – Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana

DER – Departamento de Estradas de Rodagem

Detran – Departamento de Trânsito do Distrito Federal

Fiscal – Fundo de Assistência à Saúde dos Deputados Distritais e Servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal

Gaps – Gestão e Assistência Pública à Saúde do Distrito Federal
GDF – Governo do Distrito Federal
HMIB – Hospital Materno Infantil de Brasília
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibram – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental
ICTDF – Instituto de Cardiologia e Transplantes do Distrito Federal
IGESDF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEDF – Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial
Samu – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
Seagri – Secretaria da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
Seduh – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
Semob – Secretaria de Transporte e Mobilidade
Sindafis – Sindicato dos Auditores de Atividades Urbanas
Sufisa – Subsecretaria de Fiscalização, Auditoria e Controle
SUS – Sistema Único de Saúde
UBS – Unidade Básica de Saúde
UPA – Unidade de Pronto Atendimento
UPDF – Unidade Padrão do Distrito Federal

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 26/02/2025, às 18:57, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
 Código Verificador: **2031859** Código CRC: **6A74D731**.